

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA xxxx VARA
CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX-DF**

Processo n°: XXXXXXXXXXXX

Autor: Fulano de tal

Réu(s): EMPRESA XXXXXX e Fulano de tal

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, no exercício da curadoria especial em defesa EMPRESA XXXXX e Fulano de tal , partes já qualificadas nos autos do processo em epígrafe, vem perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo 364, 2º, do Código de Processo Civil, apresentar as suas

ALEGAÇÕES FINAIS

na forma de memoriais escritos, fazendo-o com base nos fundamentos de fato e de direito a seguir desenvolvidos.

• **RESUMO DA DEMANDA**

Trata-se de ação declaratória de inexistência de negócio jurídico movida por Fulano de tal em desfavor de EMPRESA XXXX e Fulano de tal .

Segundo consta da inicial e documentos que a acompanham, narra o autor ter trabalhado como empregado subordinado à sociedade jurídica ré, a qual era administrada pelo segundo requerido, no período entre XX.XX.XXXX a XX.XXX.XXX.

Rescindido o contrato de trabalho, o segundo requerido ofereceu ao requerente, em adimplemento das obrigações trabalhistas não pagas, a cessão de cotas de participação da sociedade ré, o que foi aceito pelo requerente, de modo que este passou a figurar como sócio da sociedade, detentor de XX% das cotas sociais.

Segundo informa o requerente, pelo ajuste firmado entre os envolvidos, o autor continuaria a exercer os serviços que executava quando era empregado da sociedade, enquanto o segundo requerido continuaria a administrá-la.

Assevera o autor, contudo, que o segundo requerido deixou de manter contato com o requerente e que o estabelecimento em que a sociedade empresária estava estabelecida havia sido desativado.

Posteriormente, o requerente veio a ser citado em uma ação trabalhista na qual o reclamante era um ex-colega de trabalho.

Diante do exposto, pugna o autor pela declaração de inexistência de relação jurídica entre o autor e a sociedade jurídica ré.

O breve resumo da demanda, na forma exposta, é suficiente à compreensão das questões de fato e de direito que se passará a expor.

• DA IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO AUTORAL

Conforme se extrai das alegações constantes da petição inicial, a pretensão autoral reside no argumento de que o ato jurídico pelo qual o requerente teria ingressado como sócio da sociedade empresária EMPRESA XXXXXX seria inexistente em razão do vício de simulação que inquinaria o negócio.

Alega a parte autora que a declaração de vontade externada pelos contratantes não corresponderia à verdade dos fatos, já que o requerente Fulano de tal jamais teria exercido qualquer atividade como sócio da pessoa jurídica. Alega ainda que o requerente teria sido vítima de uma fraude cometida pelo segundo requerido, que o teria enganado fazendo-o acreditar que perceberia os frutos da atividade empresarial na condição de sócio.

Dos argumentos trazidos pela parte autora, portanto, percebe-se que o ponto controvertido na presente demanda está adstrito à existência de vícios no negócio jurídico celebrado entre o requerente e o requerido Fulano de tal pelo qual este cedeu àquele cotas da sociedade empresária EMPRESA XXXX.

Sucede que a simples leitura das alegações trazidas pelo autor em sua petição inicial são suficientes para afastar a tese de dolo ou simulação no negócio jurídico.

Neste sentido, o próprio autor confirma que tinha plena consciência da natureza e dos efeitos do negócio jurídico que estava celebrando com o segundo requerido, qual seja a cessão de cotas societárias para o seu ingresso como sócio da pessoa jurídica. Não há que se falar, portanto, em vício na vontade manifestada pelo requerido quando a sua vontade corresponde perfeitamente ao que consta do contrato.

Por outro lado, a prova testemunhal produzida em audiência não traz qualquer elemento novo capaz de corroborar a tese autoral de que no negócio jurídico seria objeto de simulação. Com efeito, as testemunhas ouvidas em juízo apenas confirmam que o requerido teria trabalhado como encarregado de obras nas atividades da pessoa jurídica até meados do ano de XXXX, quando foi encerrado o seu vínculo empregatício.

Ora, o fato de o autor não exercer atividades de gestão na administração da sociedade não é elemento capaz de, por si só, demonstrar a existência de ato simulado no negócio jurídico empresarial. Afinal, é corriqueiro que, dentro de uma sociedade, a atividade de administração seja delegada a apenas algum ou alguns dos sócios; em atividades empresariais mais complexas, inclusive, muitas vezes os atos de gestão são exercidas por pessoas alheias ao quadro societário.

Quanto a isto, o próprio autor confessa ao longo da petição inicial que o seu ingresso como sócio da sociedade tinha por objetivo tão somente fazer jus aos frutos da atividade empresarial, jamais tendo sido ajustado que lhe seriam conferidos poderes para a administração conjunta da atividade.

Não é demais frisar, outrossim, que as funções de sócio e empregado não são incompatíveis entre si. É comum que acionistas de pessoas jurídicas possuam com ela também um vínculo empregatício ou de prestação de serviços, que não afasta a sua condição de sócio na sociedade.

Portanto, diante da prova produzida em contraditório revela-se manifesta a improcedência da pretensão autora, uma vez que não restou demonstrada a existência de vícios no negócio jurídico.

O que se observa dos fatos é que apenas agora o autor percebeu que realizou um péssimo negócio ao aceitar ingressar como sócio da pessoa jurídica acreditando que, nesta condição, auferiria rendimentos da atividade empresarial, sem sequer averiguar a situação econômica da empresa. Assim, ao perceber as consequências da sua má escolha, busca a intervenção do Poder Judiciário para se eximir das obrigações decorrentes da sua condição de sócio.

Ainda que se supusesse existente a simulação no negócio jurídico, ainda assim a nulidade do negócio não poderia ser acolhida em benefício da autora, sob pena de esta se beneficiar da própria torpeza.

Afinal, se simulação houve, o próprio autor tinha conhecimento da sua existência e a ela anuiu quando voluntariamente aceitou, figurar como sócio da sociedade no intuito de auferir os supostos lucros da atividade. Apenas no momento em que esta alegada simulação não lhe é mais conveniente, busca o autor a tutela jurisdicional para elidir as consequências negativas do seu ato.

• **CONCLUSÃO.**

Com base no exposto, em sede de alegações finais, a Defensoria Pública do Distrito Federal, no exercício da curadoria especial na defesa da parte requerida, ratifica os termos da contestação e requer seja julgada improcedente a demanda, em razão de o autor não ter demonstrado o fato constitutivo do seu direito, qual seja a existência de vício no negócio jurídico celebrado.

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXX, XX de XXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
Defensor Público